

DANTAS, Júlio

Lagos, 1876 – Lisboa, 1962

Médico, poeta, dramaturgo, romancista, professor, jornalista, político e diplomata português, nasceu a 19 de maio de 1876. Iniciou-se na poesia aos 14 anos, quando frequentava o Colégio Militar. Concluiu o Curso Médico em 1899. Exerceu Medicina no Exército apenas por 12 anos, impulsionando a reorganização sanitária das forças armadas, mas deu uso aos seus conhecimentos clínicos nas suas obras literárias e históricas. Em 1912 foi requisitado para o Ministério do Interior como Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos (Fig. 1), cargo que desempenhou até 1946 e no qual promoveu grandes incorporações bibliográficas e arquivísticas, a publicação de inéditos, o alargamento da rede de arquivos e bibliotecas públicos e a criação do primeiro Posto de Saneamento e Desinfecção de Livros. A ele se deveu também a ideia de constituir o Arquivo das Congregações, formalmente criado em 1917 (Carrilho, 2016, 106).

A sua influência no domínio das bibliotecas e arquivos estendeu-se também ao dos museus, pois muitas instituições eram híbridas, com características e coleções das três áreas. Um claro exemplo dessa influência está patente num ofício que, em 14 de dezembro de 1912, enviou ao diretor da Biblioteca Pública de Évora – António Joaquim Lopes da Silva. Nesse ofício solicitava ao interlocutor que lhe indicasse as dependências do Paço Arquiepiscopal que pretendia ocupar para alargar “as instalações da Biblioteca e Museu de Évora, [...] com a devida individuação”. À consulta seguiu-se a publicação do Decreto de 1 de março de 1913, cedendo ao Ministério do

Interior parte das dependências do Paço para, entre a instalação de outros serviços, alargar o museu (Carrilho, 2016, 210). Na tentativa de encontrar mais espaço para a Biblioteca Pública, o Arquivo e o Museu Regional, o Grupo Pró-Évora (de amigos do museu) reuniu com o Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e conseguiu preparar uma proposta de lei para adquirir o Palácio dos Condes de Soure, conhecido como Palácio Amaral. Considerado adequado por José de Figueiredo e Luciano Freire (delegados do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição) para servir de teto aos três equipamentos culturais, foi feita uma petição, com 1500 candidaturas ao Parlamento, para se aprovar um crédito para a sua aquisição. Entretanto, para evitar a compra por particulares, o Governador Civil de Évora, Florival Sanches de Miranda, adquiriu o imóvel, tendo sido ressarcido dessa compra após a aprovação, pelo Senado, da atribuição de 50 contos à Biblioteca Pública para efetivar a aquisição, ordenada por Júlio Dantas, enquanto Ministro da Instrução Pública, em novembro de 1920. No dia 23 de junho de 1923, o Museu Regional de Évora inaugurou no Palácio Amaral e ali permaneceu até ao sismo de 28 de fevereiro de 1926, que obrigou à evacuação das coleções durante a reparação. Em 1929 decidiu-se a instalação definitiva do museu no edifício do Paço Arquiepiscopal (Carrilho, 2016, 213-217).

Júlio Dantas também teve uma palavra a dizer na instalação do Museu Regional de Bragança, depois de em reunião da Câmara Municipal daquela cidade, realizada em 9 de setembro de 1920, se ter decidido solicitar ao Ministério da Justiça a cedência definitiva do Paço Episcopal para instalação do Museu Regional, Biblioteca Pública e outras repartições públicas, pelo preço de 1000\$00. Na sequência, o diretor da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Bragança, o jornalista Álvaro Carneiro dirigiu-se em ofício de 24 de setembro de 1920, a Júlio Dantas, sugerindo que o edifício se manti-

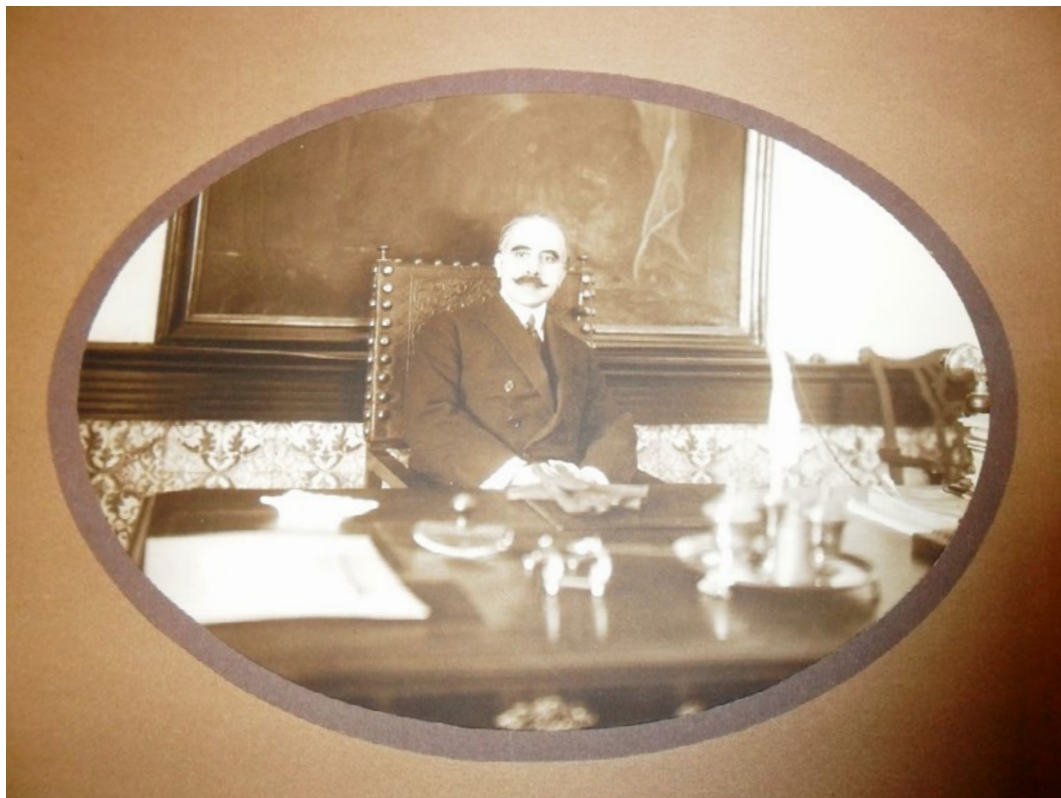


FIG. 1 Júlio Dantas enquanto Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos no seu gabinete de trabalho, na Biblioteca Nacional. Fotografia. Lisboa, 1919. 37 x 27 cm © Câmara Municipal de Lagos / Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas.

vesse pertença do Estado, o que obteve a anuência do interlocutor, transmitida ao Ministério da Justiça, em 6 de outubro de 1920 (Carrilho, 2016, 341 e 342).

Júlio Dantas apoiou igualmente a criação da biblioteca e museu municipais de Moura, aprovada por unanimidade, em 29 de janeiro de 1915 (Carrilho, 2016, 459).

Em 15 de março de 1909, Júlio Dantas tomou posse do cargo de Diretor da Secção Dramática do Conservatório Nacional (Escola de Arte de Representar com a República), em que lecionou e organizou a parte respetiva do museu daquela Instituição, criado por Decreto de 28 de junho de 1915, sob a sua influência, dividindo-o em três subsecções: Arte Histriónica; Coreografia; Artes

Subsidiárias do Teatro. Foi também responsável, com os compositores Viana da Mota e Tomás Borba, pela reabilitação da secção musical do museu da mesma instituição, a partir de 1931, conseguindo adquirir as coleções reunidas por Michel'angelo Lambertini e António de Carvalho Monteiro (Guimarães, 1963, 63).

Integrou, com Gustavo de Matos Sequeira, Vasco Borges e Santos Tavares, a subcomissão redatora de reforma do Teatro Nacional. Júlio Dantas publicou os seus primeiros versos na secção juvenil do jornal *Diário Ilustrado* (1892), por iniciativa de Henrique Lopes de Mendonça, ficando conhecidos os versos sob o pseudónimo Thyrsó, publicados n' *A Paródia* de Bordalo Pinheiro, em 1901 e 1902. Também escreveu con-

tos, romances e peças teatrais, como a *Severa* (1901), passada a cinema pelas mãos de Leitão de Barros (1931). Como jornalista, assinou muitos artigos, folhetins, crónicas políticas e sociais, crítica artística ou literária. Neste contexto, destacou-se como um museólogo, se quisermos, um ideólogo de museus, apresentando propostas que acabaram por se concretizar. Exemplo disso é uma crónica em que defende a criação de um “Museu Camiliano”, publicado na *Ilustração Portuguesa*, de 14 de julho de 1913, que viria a ser uma realidade em S. Miguel de Seide, na casa onde o escritor Camilo Castelo Branco viveu, por decisão avançada numa reunião no Salão Olímpia de Vila Nova de Famalicão, realizada em 11 de abril de 1915, que culminaria com a abertura ao público, em 15 de outubro de 1922, inaugurando a tipologia de casas-museu em Portugal. Em suma, um defensor dos museus como forma de homenagear as artes e as letras e os seus cultores e preservar imóveis com importância histórica (Carrilho, 2016, 645; Dantas, 1913, 33).

Iniciou-se na política na Monarquia Constitucional, sendo eleito deputado pelo Partido Progressista por Coimbra (1905). Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros em três governos (1914, 1921-1922, 1923) e da Instrução Pública durante 41 dias, nos Governos de António Granjo e Álvaro de Castro. Pertenceu ao Partido Reconstituente (1920), liderado por Álvaro de Castro, e ao Partido Nacionalista (1923), de que foi membro do Diretório. Na ditadura militar abandonou a vida partidária. Como diplomata, exerceu importantes funções em eventos internacionais de cooperação literária e artística, e também política, terminando a sua carreira pública como embaixador de Portugal no Brasil (1941-1949).

Também foi tradutor e pertenceu a diversas agremiações culturais e científicas nacionais e internacionais, como a Academia das Ciências de Lisboa, Academia de História de Madrid e Conselho Superior de Belas Artes do Brasil, etc.

Faleceu em Lisboa no dia 25 de maio de 1962.

BIBLIOGRAFIA

- CARRILHO, António Jorge Botelho. 2016. *Os Museus em Portugal durante a 1.ª República*. Tese de Doutoramento em História, Universidade de Évora.
- DIONÍSIO, Sant'Anna (Pref.). Maio de 1996. *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho II – Minho*. Fundação Calouste Gulbenkian, 4.ª Vol., Tomo II: 782.
- GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Lda., 8: 384-385.
- GUIMARÃES, Luís de Oliveira. 31 de maio de 1963. *Júlio Dantas: uma vida, uma obra, uma época*. Lisboa: Romano Torres.
- DANTAS, Júlio. 14 de julho de 1913. “Crónica”. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: O Século, n.º 386: 33.
- MENEZES, José de Azevedo e. 1924. *Relatório do Museu-Camilo apresentado à Ex.ma Camara da Villa Nova de Famalicão: 1921-1924, Famalicão*.
- Ofício da Secretaria-Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais (Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos). 14 de dezembro de 1912. Évora: Arquivo Distrital de Évora, BPADE / Caixa 89, Correspondência Recebida e Expedida 1909-1915: L. 4, n.º 131.

[A.C.]

ANTÓNIO JORGE BOTELHO CARRILHO, natural de Portalegre, nascido a 5 de maio de 1974. Licenciado em História pela Universidade de Coimbra, com 15 valores (1997); Mestre em Museologia pela Universidade de Évora, com classificação final de Muito Bom (2003); Pós-graduado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com 15 valores (2005); Doutor em História pela Universidade de Évora, com a tese *Os Museus em Portugal durante a 1.ª República*, com Distinção e Louvor (2015). Professor do Ensino Básico e Secundário entre 1996 e 2003. Desde 2003, Técnico Superior na Câmara Municipal de Lagos.